

EDITORIAL

Neste quarto número do boletim *Economia & Tecnologia* convidamos o Prof. Fernando de Holanda Barbosa, secretário de política econômica durante o governo Itamar Franco e professor titular da escola de pós-graduação em economia da FGV-RJ, para abrir o simpósio “Crescimento de longo prazo, desindustrialização e política monetária”, no qual se discutem as razões para o pífio crescimento da economia brasileira nos últimos 25 anos.

Neste contexto, podemos verificar a existência de duas visões distintas sobre esse problema. A primeira visão, apresentada pelo Prof Barbosa, atribui a redução do crescimento de longo prazo da economia brasileira a uma redução da taxa de crescimento da produtividade total dos fatores de produção, decorrente da falta de investimentos na acumulação de capital humano. A segunda visão, apresentada no artigo do Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Paraná, Rodrigo Rocha Loures, bem como nos artigos do Prof. Márcio Holland e do Prof. José Luis Oreiro, atribuem esse resultado a combinação perversa entre taxa de juros elevada e câmbio apreciado, a qual atua no sentido de desestimular a formação bruta de capital fixo e o aumento sustentado das exportações. Sendo assim, essa segunda visão enxerga o crescimento de longo prazo como sendo essencialmente um processo puxado pelo lado da demanda da economia. Deixo ao leitor a tarefa de tirar suas próprias conclusões a respeito da plausibilidade das alternativas aqui expostas.

No que se refere às previsões para o crescimento da economia brasileira em 2006, a equipe de pesquisadores do boletim *Economia & Tecnologia* acredita que o desempenho do PIB em 2006 será substancialmente melhor do que em 2005. No entanto, mantida o atual *mix* de política monetária e fiscal, assim como a apreciação exorbitante da taxa nominal e real de câmbio, não haverá nenhuma alteração do potencial de crescimento da economia brasileira, o qual estimamos, no número anterior deste boletim em 2,6% ao ano. Tendo em vista que a economia brasileira cresceu apenas 2,3% em 2005, existe espaço para um crescimento do PIB real de até 3% em 2006 sem criar pressões inflacionárias, mantido o atual cenário de liquidez internacional e supondo que o governo Lula manterá o seu compromisso com a Responsabilidade Fiscal.

Na firme convicção de que este quarto número do boletim *Economia e Tecnologia* será uma leitura agradável e útil para todos aqueles interessados nos problemas da economia brasileira, subscrevo atenciosamente

Prof. Dr. José Luís Oreiro
Coordenador do boletim *Economia & Tecnologia*.

